A Política de Pós Graduação em Ciências Sociais

Simon Schwartzman

Apresentado ao Simpósio sobre "A Política de Pós-Graduação" da 1a. Conferência Nacional de Educação, São Paulo, 31 de março a 3 de abril de 1980.

Nos últimos dez ou quinze anos a pós-graduação em ciências políticas e sociais se consolidou no Brasil, e isto foi muito bom para elas. Hoje o Brasil possui um volume, qualidade e bases institucionais para o estudo e a pesquisa avançados de pós-graduação em ciências políticas e sociais que não tem paralelo na América Latina, nem, possivelmente, em muitos dos países ditos desenvolvidos.

No entanto, este crescimento e esta consolidação não se fez sem problemas e distorções. É importante refletir e agir sobre eles, para que não se perca o que já se conseguiu, e seja possível progredir cada vez mais.

A primeira dificuldade é que o crescimento recente da pós-graduação em ciências políticas e sociais se fez sobre os escombros de muito do que havia nestas áreas no país até o início dos anos 60. Fora a Universidade de São Paulo, que bem ou mal mantém uma linha de continuidade desde os anos 30, quase todos os programas de pós-graduação no pais foram criados nos últimos 10 ou 15 anos, por uma geração jovem que não tinha uma tradição de trabalho acadêmico anterior que lhe servisse de referência. Não é por acaso, então, que existe hoje um grande esforço por parte desta geração em recuperar o trabalho de seus antecessores, a reestabelecer o elo intelectual entre o que se faz hoje e o que se fez no passado no país. Esta recuperação crítica está sendo feita aos poucos, e neste processo as ciências sociais corrigem um dos mais sérios vícios de seu nascimento.

A segunda dificuldade é que houve, no Brasil, uma subestimação e desprestígio da sociologia. Ela foi vítima, primeiro, do pensamento obscurantista que olha com suspeita o estudo dos fenômenos sociais, e acha que sociologia é o mesmo que socialismo. Segundo, ela foi vítima dos próprios cientistas sociais e agencias financiadoras, que passaram a buscar na economia, por um lado, e na política, por outro, a solução dos problemas sociais que mais os preocupavam. É assim que a sociologia acabou, em grande parte, tendo seu espaço ocupado pela antropologia social. Acredito que a própria institucionalização das ciências sociais brasileiras começa a chamar a atenção para a importância de estudar os fenômenos sociais enquanto tais, a partir da evidência de que não é possível entender e resolver tudo na esfera do político e do econômico. É possível que, a partir daí, esta dificuldade comece a ser superada.

A terceira dificuldade é que a pós-graduação em ciências políticas e sociais transformou-se em praticamente a única via para a profissionalização dos cientistas sociais. Este problema não seria grave se o Brasil não tivesse, hoje, um volume enorme de estudantes de ciências sociais a nível de graduação que não encontram mercado de trabalho e buscam na pós-graduação a única forma de se firmarem profissionalmente. Esta hipertrofia dos cursos de ciências sociais é uma distorção grave do sistema

universitário brasileiro, que leva à demanda por uma distorção ainda maior, que seria a regulamentação da profissão do sociólogo, ou do politicólogo. Ciências políticas e sociais são atividades essencialmente acadêmicas, de ensino e pesquisa, e jamais profissões liberais. A tentativa de identificá-las com as profissões leva a uma enorme pressão para a ampliação de vagas e redução dos níveis de exigência dos programas de pós-graduação, com graves riscos para estes programas.

A quarta dificuldade é a falta de distinção que existe entre programas de pós-graduação voltados para a reciclagem e aperfeiçoamento de professores e programas voltados para a pesquisa. Ainda que, em princípio, ensino e pesquisa devam andar próximos, a legislação brasileira força o casamento destas duas coisas, exige pesquisa de professores em faculdades onde não há condições para isto, e resiste a admitir a existência de pesquisadores que não ensinam. Esta falta de distinção cria uma demanda artificial para programas de pós-graduação *strito sensu*, que, em geral, são concebidos muito mais para a pesquisa acadêmica do que para a formação de professores.

A quinta dificuldade é a precariedade institucional da maioria dos programas de pós-graduação em ciências políticas e sociais. Criados à margem da universidade tradicional, com apoio de fundações privadas ou de verbas de fundos especiais não-orçamentários, estes programas vivem da luta constante pela renovação de seus recursos, com total incerteza sobre o futuro de seus professores, suas bibliotecas e suas linhas de trabalho. Esta é uma espada de Dâmocles que paira sobre a cabeça de quase todos os programas, e ameaça por fim, a qualquer momento, a este experimento tão promissor que está sendo a recriação e consolidação das ciências sociais em nosso país.

Existem certamente outras distorções e dificuldades, assim como muitas outras qualidades a ressaltar. Mas estes cinco pontos já são suficientes para o debate.